

# Grupo de Cabral elimina princípios estatizantes

BRASÍLIA — O grupo de 32 constituintes que elabora um esboço de substitutivo ao anteprojeto do Relator Bernardo Cabral eliminou, durante a reunião de ontem, todos os princípios estatizantes nos itens educação e saúde. Os constituintes esperam concluir hoje o trabalho, com o exame das matérias polêmicas que começarão a ser discutidas junto com o bloco interpartidário da Constituinte. O substitutivo de consenso deverá estar concluído até o fim da próxima semana.

O capítulo sobre seguridade social foi bastante alterado. O Fundo de Seguridade Social, que pela proposta original seria mantido com recursos da União, permanece como preceito constitucional, mas sua regulamentação será prevista por lei ordinária. O grupo eliminou também o caráter compulsório das contribuições para a seguridade social a ser financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta.

No setor de saúde, a principal modificação é a que propõe a criação de um sistema integrado público e privado. Todos os itens que regulamentavam o sistema único, a ser finan-



Foto de Gilberto Alves

O grupo trabalha sob a presidência do Senador José Richa (à esquerda)

ciado com recursos do Fundo Nacional de Seguridade, foram eliminados. Ainda no setor de saúde, foi retirada do Estado a prerrogativa de intervir nos serviços de saúde de natureza privada, "necessários ao alcance dos objetivos da política nacional do setor", ou ainda de desapropriá-los. Pela proposta atual,

o Estado tem poder apenas de fiscalizar o setor.

No capítulo sobre garantias do menor, o grupo alterou a proposta original para incluir os direitos da criança desde a sua concepção. A idéia é preservar o direito de herança no caso do falecimento do pai, antes do seu nascimento. O grupo pro-

pôs ainda a municipalização da política do menor, que estava incluída entre os deveres da União. A proposta de assegurar constitucionalmente o direito do ancião, a partir de 65 anos, de utilizar os transportes urbanos gratuitamente, também foi retirado do atual anteprojeto.

O capítulo do sistema tributário foi sofreu muitas alterações. O grupo criou o imposto sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas e estabeleceu que é competência da União instituir este imposto, de acordo com a legislação ordinária. Outra decisão foi a de aumentar de 25 para 27 por cento a parcela do ICM destinada ao Fundo de Participação dos Municípios. Foi aprovada ainda a inclusão, em âmbito estadual, do imposto de transmissão de propriedade de veículos automotores usados, excluindo o ICM.

No mesmo capítulo, o grupo decidiu que a competência de instituir o ISS é do município, e não mais do Estado, e suprimiu o imposto sobre venda de produtos no varejo, cuja instituição caberia, de acordo com o anteprojeto atual, ao município.

## Bloco produz pouco em reunião: há diversidade ideológica e sobra gente

BRASÍLIA — Mesmo excluindo os constituintes "moderados", o bloco interpartidário que busca propostas de consenso sobre temas polêmicos na Constituinte — composto pelos "progressistas" do PMDB, "modernos" do PFL e integrantes do PT, PDT, PCB e PDC — está encontrando dificuldades para chegar às primeiras conclusões. A quantidade de parlamentares e a diversidade de posições ideológicas impediram que a reunião de ontem, que durou o dia inteiro, fosse mais produtiva.

Os relatórios apresentados receberam várias emendas e deverão ser reapresentados na próxima reunião, sexta-feira. Exemplo: o relatório sobre meio ambiente, apresentado pelo Deputado Mendes Thame (PFL-SP), foi considerado mal redigido e tecnicamente fraco. Os parlamentares acharam absurdo cobrar imposto de preservação sobre as atividades potencialmente poluidoras.

O relatório do Deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE), sobre questão urbana, também recebeu críticas. Mendes Thame não concordou com o

pagamento em títulos da dívida pública para algumas desapropriações urbanas, enquanto o Líder do PCB, Roberto Freire (PE), quer uma definição de propriedade unitária para os meios rural e urbano que leve em conta a questão social.

Para Freire, o pagamento deve ser em dinheiro quando a terra é ocupada por moradores e tem função social definida. O parecer de Lúcio Alcântara atende a esta reivindicação, o que representa uma inovação ao projeto de Bernardo Cabral. Ele também altera os prazos para usucapião: quatro anos para presentes e oito para ausentes. Cabral estabeleceu cinco anos de usucapião.

A principal novidade do relatório sobre o Estado na economia, elaborado pelo Senador Severo Gomes, é a supressão do parágrafo 2º do artigo 301 do projeto de Constituição, dando preferência às empresas nacionais na liberação de subvenções oficiais. O Senador argumentou que o termo "preferência" admite a liberação de recursos para multinacionais.

## Donas-de-casa entregam emenda da aposentadoria

BRASÍLIA — Com uma verdadeira festa, foi entregue ontem ao Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, o primeiro conjunto de emendas populares do "Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte". Num total de três, elas reivindicam aposentadoria para as donas-de-casa, direitos iguais para o homem e a mulher e participação popular na elaboração da legislação ordinária. Em conjunto, reúnem 596.893 assinaturas.

Durante a solenidade, a que estiveram presentes donas-de-casa, Ulysses Guimarães confessou ter ficado emocionado ao ver o Congresso não apenas cheio de parlamentares mas também de representantes das "camadas mais carentes, necessitadas e injustiçadas da sociedade brasileira". E elogiou o esforço das entidades em conseguir reunir as assinaturas necessárias para as emendas.

— Eu vi — disse, aludindo aos representantes das entidades que patrocinaram as emendas — gente nas ruas, estradas, pontes,

praças públicas, recolhendo assinaturas nestes papéis (as emendas populares), que aqui estão molhados de chuva e sujos de poeira.

Ulysses convocou a população a, "de braços dados com os constituintes, deputados e senadores, elaborar a próxima Constituição".

A proposta que recebeu o maior número de assinaturas diz respeito à participação popular na elaboração da legislação ordinária, com 343.893 subscrições.

Em seguida vem a proposta de aposentadoria das donas-de-casa, com 210 mil assinaturas, colhidas por entidades filiadas ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, como a Federação das Associações de Bairros de Salvador, a Associação dos Moradores de Plataforma (Bahia) e a Associação das Mulheres de Cosme de Farias (Bahia).

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, também integrado ao Plenário, reuniu 43 mil assinaturas para propor 12 artigos garantindo a igualdade de direitos entre o homem e a mulher.